timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO X PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 98 MARÇO 1994

O DESAFIO AO PODER

George Aditjondro, conhecido académico indonésio, teve a coragem de desafiar abertamente o regime de Jacarta, pondo em causa as suas teses oficiais sobre Timor.

Conhecido sociologista e ambientalista indonésio, professor na Universidade Cristã Satya Wacana em Salatiga, Java Central, e um colunista muito popular no semanário *Tempo* de que foi jornalista, George Junius Aditjondro desmentiu perante o programa de televisão australiano *ABC Lateline*, emitido a partir de Singapura, os números oficiais do massacre de Santa Cruz avançados pelas autoridades indonésias.

Apoiando-se nas suas investigações em Timor, Aditjondro defendeu que os timorenses não aceitavam a integração na Indonésia. "*Se a população aceitasse a integração porque seriam necessários oito batalhões em Timor-Leste*", disse ao jornalista Kerry O'Brien, "*porque existem tantos agentes da Segurança nas ruas de Dili?*".

Os principais jornais australianos deram largo destaque a estas declarações pois era a primeira vez que um prestigiado académico indonésio desafiava abertamente as teses oficiais do regime sobre Timor nas vésperas de regressar ao seu país.

REACÇÕES ÁCIDAS

As reacções à entrevista por parte das autoridades indonésias foram, no mínimo, ácidas.

Os diários *Republika* e *Jawa Pos* reproduziram as ameaças não-veladas do comandante militar de Java Central, major-general Soeyono, onde este propunha que medidas fossem tomadas contra o professor. "*Lamentou* [o general] *o facto de Aditjondro se apresentar como um perito sobre Timor-Leste.* 'Ele nunca esteve em Timor e não realizou nenhumas investigações sobre o número de baixas. Então, onde é que ele conseguiu as informações que deu à imprensa australiana?' *disse o comandante militar numa voz agastada*" (*Republika*, 18/3/94).

Mais curiosas são as afirmações da filha de Suharto e presidente da Associação de Amizade Indonésia Portugal, a Srª Siti Hardiyanti Rukmana. Tutut, como é vulgarmente conhecida, que tão favoravelmente impressionou o jornalista do *Expresso* Joaquim Vieira, "*lamentou o facto de um indonésio ter falado de segredos* [sic] *internos a estrangeiros. (...). Mbak Tutut desafiou Aditjondro a não sentir-se relutante em passar os factos de que tinha conhecimento às autoridades na Indonésia.* 'Se o que ele diz é verdade, então que o diga aqui. Porque só o faz no estrangeiro?' *disse ela*" (idem).

Foi o que fez o professor.

Numa conferência de imprensa realizada em Jacarta nos escritórios do LBH (Instituto de Ajuda Legal) logo após o seu regresso, Aditjondro confirmou perante os jornalistas as suas anteriores declarações ao programa australiano.

De acordo com o *Jakarta Post* de 24 de Março, Aditjondro reiterou o rigor dos seus dados, dizendo que "*eram baseados em informações recolhidas por uma organização sediada em Lisboa, A Paz é Possível em Timor-Leste, que tinha os nomes, as moradas e os antecedentes de todas as vítimas. Acrescentou que de todas as investigações do incidente, incluindo o inquérito oficial do governo, os dados do grupo eram os mais completos e fiáveis*". Segundo este diário indonésio de língua inglesa, "*a informação sobre as vítimas foi compilada por funcionários timorenses dos serviços de saúde e da Igreja em Dili e aferidos pela organização em Lisboa*".

Na noite seguinte, a sua casa foi apedrejada por "desconhecidos" tendo os vidros das portas e janelas sido partidos.

Enquanto o Ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio negava categoricamente as alegações de Aditjondro, dizendo que as mesmas não eram baseadas em factos e recusando ao professor da Universidade de Salatiga conhecimentos sobre o problema de Timor-Leste, corriam vozes em Jacarta garantindo que os militares estariam a fazer pressão sobre o reitor da Universidade para o demitir do corpo docente. O próprio reitor teria confessado à esposa de Aditjon-

neste número:

O DESAFIO AO PODER

MARGINALIZAÇÃO E PREPOTÊNCIA

"LXLT" RECEBIDA NAS EMBAIXADAS

dro que poderia não ser capaz de resistir às pressões dos militares para afastar George da Universidade.

De acordo com a Tapol, dois outros colegas seus, os professores Arief Budiman e Ariel Heryanto, teriam recebido cartas do reitor ameaçando-os de demissão por terem apoiado publicamente Aditjondro.

A organização INFIGHT, Frente Indonésia para a Defesa dos Direitos Humanos, uma ONG já com tradição na luta pela democracia, publicou um comunicado fazendo a defesa da liberdade de investigação e de opinião e apoiando um iinquérito independente sobre as violações dos direitos humanos, não apenas em Timor mas também na Indonésia.

Entretanto, os jornais australianos de 25 de Março divulgavam declarações do MNE Gareth Evans perante o parlamento onde aquele afirmava que o número de mortos avançado por Aditjondro circulava há tempos e que tinha apelado ao governo indonésio para se empenhar fortemente em clarificá-lo mais do que o tinha feito até à data.

A NOVA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

Contrariamente ao que o discurso do poder pretende fazer crer, George Aditjondro há muito que vem acompanhando e estudando o problema de Timor-Leste.

Em 1974 esteve no território como jornalista do semanário *Tempo*, onde entrevistou José Ramos-Horta.

Tendo-se doutorado na Cornell University nos EUA, teve aí a oportunidade de conviver com o Prof. Ben Anderson, um epecialista nas realidades indonésia e timorense. Durante 5 anos fez estudos ambientais na Papua Ocidental. Aliás, foram as suas investigações neste campo que lhe valeram o prêmio «Hadiah Kalpataru», que lhe foi entregue pelo Presidente Suharto em 1986.

Nos últimos anos, G. Aditjondro tem dedicado particular atenção ao problema de Timor-Leste, tendo escrito vários artigos a esse propósito, sendo de destacar: "In the Shadow of Mount Rameleu, Some Sketches of East Timorese Cultures" (1993), "From Memo to Tutuala: A Kaleidescope of Environmental Problems in East Timor" (1993) e "Prospek Pembangunan Timor Timur Setelah Penangkapan Xanana Gusmao" ("Perspectivas do desenvolvimento de Timor-Leste após a prisão de Xanana Gusmão"). Este artigo viu recusada a sua publicação na revista *Kritis* da Universidade Satya Wacana por ser demasiado crítico. Um seu documento igualmente muito crítico - "The Effect on the Environment and on Human Rights in East Timor Resulting from the Protracted War Situation" - foi apresentado à reunião internacional dos Amigos da Terra.

George Aditjondro é bem o símbolo de uma nova consciência crítica que vem ganhando raízes nas elites indonésias e que não é já possível de controlar, se quer de dominar, pela simples repressão. Uma consciência que exige um novo quadro político.

Enquanto expressão de uma tendência que se vem afirmando no seio de certas camadas da sociedade indonésia, a atitude deste académico está, como dizia o poeta, carregada de futuro. Ela faz acreditar que uma mudança, no sentido da democratização, no curto-médio prazo, é possível na Indonésia. O que torna aquela sociedade um dos alvos principais do trabalho de solidariedade com Timor-Leste.

COMISSÃO "LXLT" RECEBIDA NAS EMBAIXADAS

A Comissão "Liberdade para Xanana, Liberdade para Timor" pediu audiências às Embaixadas em Lisboa da Grécia (actualmente a presidir à UE), do Reino Unido e dos Estados Unidos da América. O objectivo era transmitir a preocupação da Comissão quanto à actual situação em Timor Leste, instar estes países a adoptar uma posição clara e positiva relativamente a esta questão durante os trabalhos, então a decorrer, na Comissão dos Direitos Humanos das NU e dar sugestões práticas para a melhoria da situação dos presos políticos timorenses.

As audiências tiveram lugar nos dias 3 e 4 de Março e o seu resultado foi além das expectativas. Em todos os casos, o interlocutor foi um funcionário de patente superior dentro da hierarquia diplomática: na Embaixada dos EUA, a Comissão foi recebida pelo primeiro secretário, na qualidade de representante do embaixador, uma vez que este último ainda não assumiu as suas funções em Lisboa; na Embaixada do RU, pelo conselheiro e, na Embaixada da Grécia, pelo próprio embaixador. De realçar ainda o facto de que os funcionários das Embaixadas mostraram estar, em geral, bem preparados e motivados para discutir o assunto. Os representantes das três Embaixadas também fizeram saber à Comissão que o teor da conversa que tinham tido seria comunicado aos seus respectivos Governos.

Poder-se-ía dizer, tentando fazer uma avaliação do grau de informação sobre a questão de Timor Leste, que ele varia desde o que se pode descrever como uma percepção básica, caso da Grécia, até a um conhecimento "técnico" aprofundado, caso do RU e dos EUA. Embora a discussão tivesse decorrido numa atmosfera aberta e amigável, na sua generalidade, sentiu-se, no entanto, da parte do representante do RU uma posição mais defensiva.

O que é mais surpreendente é que, provavelmente, há 2 anos atrás esta Comissão, ou qualquer outra, não teria sequer conseguido marcar estas audiências. Logo após o massacre de Santa Cruz, o máximo que algumas centenas de apoiantes de Timor Leste conseguiram, aquando da sua manifestação frente à Embaixada Americana, foi ter havido lá uma recepcionista para receber a sua mensagem.

Algumas razões podem ser sugeridas para tais alterações, sendo as mais relevantes: a nova política externa da Administração Clinton; críticas fortes feitas na imprensa portuguesa contra o comércio de armas, a maioria das quais incidindo sobre o RU (por exemplo, durante a última visita a Lisboa de Douglas Hurd, 80% das perguntas que lhe foram postas na conferência de imprensa convergiram para o negócio dos Hawks); a crescente tomada de consciência da questão de Timor leste nos círculos diplomáticos e na opinião pública em geral.

MARGINALIZAÇÃO E PREPOTÊNCIA

A situação dos timorenses em Portugal é uma agressão. Organizações de solidariedade questionaram esta situação junto dos órgãos de soberania.

As organizações de solidariedade - CDPM e A Paz é Possível - pretenderam apenas sistematizar as principais questões que se colocam em relação ao acolhimento, acompanhamento e promoção dos timorenses que residem em Portugal. Nenhuma delas tem recursos que permitam realizar um levantamento e um estudo exaustivo de casos específicos, pois o acesso a dados credíveis tem-se revelado um obstáculo difícil de transpor. A Segurança Social não faculta quaisquer informações factuais e actualizadas. Até agora não se conseguiu identificar nenhuma legislação aplicável.

Há uma primeira questão de fundo que não deve ser esquecida: os timorenses não têm, na sociedade portuguesa, um estatuto claro. Por um lado, são considerados cidadãos portugueses mas, por outro, são tratados como "refugiados".

As expectativas dos timorenses quando chegam a Portugal são enormes: terão enfim direito à vida e apoio para continuarem a luta.

A decepção é, também, enorme. A sua relutância em falar das suas condições de vida em Portugal é evidente. A Indonésia explora a seu favor as dificuldades por que passam os timorenses em território da Potência Administrante.

É necessário que as autoridades portuguesas revejam todo o processo de acolhimento, acompanhamento e promoção da comunidade timorense.

SEGURANÇA SOCIAL = MAFIA SOCIAL?

Normalmente, as assistentes sociais recebem os timorenses à chegada ao aeroporto e acompanham-nos ao alojamento. A partir deste momento não recebem qualquer informação sobre os seus direitos e deveres.

Os alojamentos que lhes são destinados são "pensões", ou seja, prédios de habitação situados nos arredores de Lisboa (Forte da Casa, Carcavelos, Oeiras, Amadora, Queluz de Baixo, Massamá, Carnaxide, Rinchoa e Rio de Mouro).

A distribuição dos mesmos não está sujeita a qualquer regra e consequentemente os resultados são graves. Os apartamentos estão superlotados (3 e 4 famílias a viverem no mesmo apartamento) e não apresentam quaisquer condições (não possuem esquentador, frigorífico, etc...).

A explicação desta situação é simples: a Segurança Social paga aos donos dos alojamentos 17.000$00/mês por pessoa, para além das despesas de água e luz. Quanto mais pessoas...

O subsídio dado pela Segurança Social é claramente insuficiente. Àqueles que não estão integrados numa família são concedidos 16.000$00 mensais. Aos chefes de família é concedido até 36.000$00/mês para todo o agregado familiar, que em geral é numeroso.

Os subsídios são pagos irregularmente, sendo frequente atrasos de um, dois e três meses no pagamento. A Segurança Social não presta informações nem indica quando é que os beneficiários poderão ter acesso aos subsídios atrasados.

Os critérios de duração dos subsídios são um enigma. Enquanto a uns o subsídio é retirado ao fim de seis meses, outros continuam a recebê-lo de há seis ou sete anos para cá. Quando a Segurança Social determina que um indivíduo ou chefe de família deixou de reunir as condições para receber o subsídio e ter direito ao alojamento, as pessoas são avisadas (nem sempre com a necessária antecedência) e obrigadas a assinar um documento no qual declaram que voluntariamente deixam o alojamento bem como de receber o subsídio.

Quando cessa o subsídio e o direito ao alojamento, os timorenses recebem uma quantia chamada "integração", cujo valor varia sem que se conheçam as razões para tal.

"INTEGRASI"

Quando cessa o direito à utilização das "pensões" (cujos critérios também não são claros), algumas pessoas são empurradas para a compra de casa, escolhida no mercado pelos funcionários da Segurança Social, que a indicam ao chefe de família em causa. As despesas revelam-se depois incomportáveis e as famílias ficam sem saber para onde ir.

A obtenção do BI pode levar 6 meses ou mais. Durante esse tempo as pessoas andam indocumentadas, o que já tem significado a impossibilidade de utilizar o 115 ou de se inscrever nas escolas.

Para a renovação do BI, muitos timorenses têm voltado a ser sujeitos a entrevistas nos serviços de identificação.

Uma grande parte dos timorenses chega a Portugal com problemas de saúde, incluindo saúde mental, graves. Não existe assistência especializada, nem qualquer apoio ou indicação de estruturas a que possam recorrer.

Em resumo: o relacionamento existente entre a Segurança Social e os timorenses resume-se ao seguinte - os funcionários da Segurança Social procuram os timorenses no dia da chegada e no dia em que lhes é retirado o subsídio ou o direito de alojamento nas pensões. Os timorenses, pelo seu lado, dirigem-se regularmente à Segurança Social para tentarem receber o subsídio.

Fora deste quadro, os contactos não existem. Acompanhamento, resposta a pedidos e informação, resposta a exposições escritas sobre situações graves, não há.

Do ponto de vista da integração na sociedade portuguesa os timorenses ganham a liberdade mas não ganham nem a dignidade nem o estatuto de cidadãos de plenos direitos.

PROTESTOS

Na Austrália e nos EUA Timor é "lembrado" aos indonésios.

1. No dia 27 de Março mais de 200 pessoas concentraram-se em Swanbourne, perto de Perth, na Austrália, à entrada da base dos SAS (a força especial de intervenção australiana) onde 41 militares das forças do Kopassus (os boinas vermelhas indonésios) estão a receber treino.

Desde que os EUA decidiram suspender o programa IMET (International Military Education and Training Program) de apoio à formação de pessoal militar indonésio que a cooperação entre Camberra e Jacarta tem vindo a aumentar. Segundo o *The Australian* de 22 de Março, a Austrália é neste momento o país com quem as Forças Armadas da Indonésia têm mais actividades conjuntas no campo da defesa. Este ano, mais de 300 militares estarão envolvidos em acções de formação, visitas, exercícios e serviços de informação, contra 17 há três anos atrás.

2. Promovido pela CAAT - Campaign Against Arms Trade, vai ter lugar no dia 26 de Abril, em Londres, aquando da reunião anual dos accionistas da British Aerospace, uma manifestação de protesto pela venda dos aviões Hawk daquele fabricante ao regime de Jacarta.

3. Aproveitando a realização em Nova Iorque, entre 13 e 15 de Abril, de uma conferência subordinada ao tema "*Indonesia, the United States and the World Today*", que contará com a participação de destacadas personalidades indonésias entre as quais o MNE Ali Alatas, o grupo de solidariedade norte-americano ETAN/US (East Timor Action Network) vai promover no dia 13, pelas 17,30 h, uma concentração à porta de The Asia Society onde a mesma terá lugar.

SUÍÇOS APRENDEM TIMOR

Emigrantes portugueses na Suíça desenvolvem acção em prol da causa timorense.

Para além da criação de comités de apoio em várias cidades helvéticas, com incidência particular nas dos cantões de língua francesa, têm-se multiplicado em contactos com o fim de divulgar entre os seus compatriotas, mas também entre a população de origem suiça, a situação vivida no território e têm sabido responder, pontualmente, com diferentes iniciativas, a situações que exigem mobilização e acção particulares. Não é, assim, de espantar, que as diferentes publicações editadas por eles e com forte circulação entre a comunidade portuguesa, dêem larga cobertura ao que em Timor-Leste se passa. É o caso do *Luso-Helvético*, que se publica em Genebra e que acompanha, *pari passu*, a luta do povo maubere.

Como exemplo da denodada acção dos emigrantes portugueses na Suíça, pode apontar-se a recente recolha de assinaturas para uma petição dirigida à Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, em que se protesta contra a situação que se vive em Timor desde a ocupação por forças indonésias e que angariou mais de 20.000 assinaturas.

Fazendo-se eco desta acção, publicou o jornal de grande difusão *La Suisse*, na sua página internacional, um artigo intitulado "*Timor, La Guerre Oubliée*", onde também se dá conta, pela primeira vez, e num breve apanhado da história recente de Timor, das atrocidades e injustiças a que o povo timorense tem estado sujeito desde 1975. Texto de teor semelhante foi, também, publicado pelo *Journal de Genéve*.

ASSASSINADO

Movimento social na Indonésia não pára.

Segundo um relatório assinado por Muchtar Pakpahan, Secretário-Geral da Central Sindical independente indonésia, SBSI, um trabalhador da fábrica de artigos de borracha PT Industri Karet Deli, de nome Rusli, foi encontrado morto no rio Deli, que passa nas traseiras da dita fábrica.

De acordo com o relatório, os trabalhadores daquela empresa entraram em greve no dia 11 de Março pela satisfação de onze reivindicações entre as quais se incluíam o fim da descriminação sexual no trabalho, melhores salários e melhores condições de trabalho.

No dia 13, um gestor insultou os trabalhadores e, juntamente, com os seguranças, agrediu dois deles. Encolerizados pelo sucedido, os colegas apedrejaram as instalações fabris. Chamada a polícia de choque, esta dispersou os trabalhadores com granadas de gás e à bastonada. No meio da confusão que se gerou, vários trabalhadores - entre os quais Rusli - lançaram-se no rio Deli. O corpo de Rusli foi encontrado mais tarde à deriva no rio, apresentando ferimentos na cabeça.

O SBSI responsabilizou a polícia por esta morte pois, na opinião da sua mulher, ele era um excelente nadador.

Simultaneamente com a greve da PT IKD, os trabalhadores da PT Gunung Gahapi Sakti entraram também em greve pelas mesmas reivindicações. E também aqui a polícia de choque interveio, expulsando-os da fábrica e prendendo 29 deles, que só foram libertados dez dias mais tarde, após a intervenção do SBSI.

De acordo com relatos de imprensa citados por Muchtar Pakpahan, entre 12 e 14 de Março, só na região de Medan, houve 27 greves. Ainda segundo ele, os activistas do sindicato independente encontram-se debaixo de grandes pressões do patronato e das autoridades civis e militares, receando muitos deles pela sua segurança.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1000 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317